

Introdução

Provavelmente, os carrascos não poderiam imaginar que as cinzas e a fumaça deixadas por eles, que brotavam do chão, do combate derradeiro, fossem se transformar no testemunho de um outro tipo de vitória, a vitória moral das vítimas no decurso da História. Uma vitória que deu aos derrotados um patamar superior a toda nebulosa colcha de retalhos formada por motivos e pseudomotivos para um massacre desnecessário que mancha o chão do Brasil.

Histórias e estórias – umas “oficiais” e outras não – formam um véu de especulações ao redor de Antônio Conselheiro e a gente simples da Vila de Canudos, no sertão da Bahia. Tudo o que se passou naqueles eventos que marcaram o II Império no Brasil e o início da República foi bem descrito por Euclides da Cunha (*Os Sertões*, 2000) e outros tantos que fizeram longa pesquisa histórica em ensaios de qualidade invejável, teses de doutorados e outros trabalhos que, por vezes, polarizavam sobre a verdade dos acontecimentos, com uma ou outra descoberta de fatos novos.

O objetivo deste breve texto não é retomar fatos históricos para ampliar a extensa colcha de retalhos sobre a Guerra de Canudos; todavia, buscar-se-ão algumas luzes sobre o contexto ideológico que esteve por trás da violência imposta àquele povo do sertão baiano, bem como observar por onde passavam os fundamentos filosóficos, teológicos e normativos utilizados por Antônio Conselheiro para a construção de uma “nova ética e um novo Direito” que pudessem regular a vida daquela sociedade embrionária, em meio à caatinga do semiárido.

1 Breve revisão histórica

1.1 A suposta obscuridade medieval

Tornou-se lugar-comum, a descrição histórica do período medieval como a época das trevas, da limitação do conhecimento e da “ignorância calcada na fé”. O termo “Idade Média” já pressupõe em si mesmo uma visão progressista da História, em que o período dito medieval seria um obstáculo, uma pedra na evolução da sociedade. Ademais, o termo, além de pressupor uma visão linear da História, foi cunhado no Iluminismo, com a tentativa, justamente, de negar o passado cristão que constituiu o continente europeu, em lugar de uma visão deísta e antropocêntrica. Todavia, aqueles que se empenharam em formar tal narrativa criaram, eles mesmos, as próprias trevas, com o fim de

obscurer a verdade de fatos incontestáveis, como, por exemplo, a criação das universidades na Idade Média, ou o avanço da matemática e da música, da engenharia e arquitetura e de outras artes e ofícios. É consabido, por exemplo, que um autor medieval, como Philoponus de Alexandria, fez afirmações no século VI que foram depois comprovadas por Descartes. O grande medievalista E. Gilson mostra a influência da escolástica nos sistemas racionalistas do século XX.

Não se há de olvidar o fato de que a mentalidade cristã permeava todo o fazer racional, artístico e científico, porém, não se pode, por outro lado, afirmar que os diversos setores do conhecimento não avançaram, como bem exemplifica Arlete Jesus Brito:

Tais medidas eram construídas com os instrumentos geométricos de então. Devido à sua tradição pitagórica, os arquitetos acreditavam que tais números faziam parte da constituição do corpo humano e da composição do mundo, por isso, utilizavam-no na construção dos templos cristãos – principalmente nas catedrais góticas – e pretendiam que tais templos fossem imagem da criação de Deus, buscando realizar a identificação homem-mundo-templo. Esta crença existiu até o Renascimento, como podemos observar pela interpretação que Leonardo Da Vinci (séc. XV) fez do corpo humano a partir das relações numéricas já apontadas anteriormente pelo arquiteto romano Vitruvius. [...]. A arquitetura medieval utilizou intensamente o quadrado, o triângulo e o círculo, apesar de o octógono e o polígono estrelado de oito pontas terem sido usados na fase final do gótico. Naquela arquitetura, o quadrado e o cubo simbolizavam a fixação do tempo, ou seja, a eternidade, a imutabilidade de Deus e a Terra que estaria imóvel frente à atividade do céu, enquanto o círculo e a esfera simbolizavam a infinidade e perfeição de Deus, o céu e a passagem do tempo. O triângulo estaria ligado à Santíssima Trindade. [...]. A arquitetura medieval colocou problemas à geometria, como aqueles de volume e de corte das pedras para construção, que exigiram o desenvolvimento de novos conhecimentos geométricos, porém estes estavam voltados para questões empíricas não havendo sobre eles grandes teorizações (BRITO, 2007, p. 138).

Dessa forma, passa-se aos poucos a reacender as luzes da Idade Média e verificar que a temática principal de qualquer obra intelectual deveria reconhecer inicialmente o senhorio de Deus sobre o homem e a natureza, como Criador de tudo, e seria também Deus o seu destino final, ou seja, qualquer produção humana que não levasse o homem à sua salvação seria inútil, desnecessária ou até contrária ao projeto Divino. Doutra sorte, não havendo contrariedade a tal projeto, qualquer arte ou ciência poderia avançar, como de fato avançou.

2.2 A modernidade e suas engrenagens

O início da era moderna não pode ser tomado tão somente por um movimento ou um viés histórico, determinando, qualquer deles, esse momento como uma verdadeira oposição às fontes medievais e à própria mentalidade cristã que construiu e sustentou o ocidente por séculos. Na verdade, foram vários movimentos que se encaixaram como peças de um quebra-cabeças, ou um conjunto de engrenagens que, juntas, fizeram o motor da era moderna funcionar. Dentre elas, destacamos o fortalecimento e unificação do Estado, o renascimento cultural e científico e a reforma protestante.

Quanto à formação do Estado Moderno, há de se considerar que o grande problema da segurança patrimonial, como ataques de piratas e salteadores contra comerciantes em ascensão, fez com que o Estado fosse tomando as configurações de poder que hoje estão bastante solidificadas, seja no modelo republicano, seja no modelo dos reinados constitucionais. O crescimento acentuado do comércio e dos burgos atraiu o olhar ganancioso dos criminosos e, buscando a institucionalização da segurança, bem como uma conformação de situações feudais e territoriais já pendentes, os Estados foram se formando ao redor da figura do Rei, que tinha em suas mãos, por delegação social e apoio religioso, os poderes de legislar, julgar e executar, bem como toda a tributação, a chave do tesouro e o comando das forças militares.

Por sua vez, os séculos XV e XVI avançaram nas ciências, permitindo novas tecnologias de navegação e, de consequência, as descobertas de novas terras e novas riquezas para os reinos que se instalavam. Assim, maior a necessidade da segurança do poder real.

Como uma segunda engrenagem dessa máquina chamada modernidade – que girava ao mesmo tempo em que as demais, presenciamos o renascimento científico e cultural que da Itália se espalhou por toda a Europa. A queda de Constantinopla, em 1453, levou inúmeras pessoas de formação bizantina a entrarem nas cidades europeias com um vasto conhecimento e a arte que havia muito já cultivavam. Toda essa máquina de produzir saberes, somada à miscigenação cultural, passou a funcionar, também, com influências islâmicas, deixando de lado o controle religioso até então presente na Idade Média. Dessa forma, não só as artes avançaram, mas tecnologias para as navegações, comércio e melhorias na qualidade de vida também foram possíveis em razão de descobertas científicas, algumas não muito ortodoxas, segundo a interpretação católica. Some-se a isso, a criação de organizações para o fomento de estudos e de divulgação de obras científicas, como a Royal Society e a Academia de Paris. Grandes cientistas como Descartes, R. Boyle, C. Huygens, I. Newton estavam atrelados a essas instituições.

Algumas organizações, muitas com trabalhos públicos e outras de ingresso mais secreto, intencionaram secularizar o conhecimento e diminuir o poder da Igreja. Basta lembrarmos do caso famoso de Giordano Bruno e Galileu. Ainda que seja abstruso ver em Giordano Bruno um mártir da ciência, é certo que o sistema heliocêntrico proposto por Copérnico e endossado matematicamente por Galileu, parecia fazer renascer, ao menos aos olhos da ortodoxia católica, o culto egípcio de adoração ao Sol. E Galileu pagou um preço muito alto por isso. Os homens de boa vontade e interessados no progresso científico se reuniam para discutir esses avanços, protegerem-se uns outros e divulgarem perspectivas mais seculares da constituição da vida civil.

A terceira engrenagem é aquela representada pela crise da própria fé cristã que, no ocidente, mantinha-se sobre o único viés do catolicismo romano. A Reforma Protestante, encabeçada por Lutero e outros, da importância de Calvino, provocou uma verdadeira implosão na Igreja romana, ou seja, dogmas formados nos concílios dos primeiros séculos do cristianismo – os sete concílios, bem como a totalidade da Sagrada Escritura, até então aceita pelo cânones do ocidente e do oriente, foram postos ao chão juntamente com os desmandos do alto clero, escândalos pessoais de papas, cardeais e bispos e práticas pouco fundamentadas na ética cristã, como a “venda de indulgências”, por exemplo.

A Igreja Católica romana reagiu, e a contrarreforma buscou reprimir artistas e intelectuais com propostas e projetos que questionassem o poder papal. De outro lado, retomou-se a questão da salvação, tentando demonstrar que o único caminho de salvação seria, ainda, a “barca de Pedro”. Nessa onda de repressão, uma quantidade significativa de artistas e intelectuais migraram para países onde o rei já não estava alinhado com o poder romano, sendo mais branda a perseguição e, de consequência, havendo maior expansão da produção cultural de tais grupos.

Assim, os Estados centrados em um poder real (primeira engrenagem) não alinhados com Roma – em razão também de diversos outros fatores – passaram a ter uma perspectiva mais protestante (terceira engrenagem) e um ambiente mais propício à racionalidade pregada pelo renascimento (segunda engrenagem). Era um motor que se autoalimentava, uma engrenagem movendo a outra, mas que não impediu que, tanto nos Estados católicos como protestantes, o absolutismo viesse a imperar.

Um novo cânone bíblico foi proposto por Lutero, no qual se excluíram da Bíblia aqueles textos do Antigo Testamento presentes originalmente somente na versão grega da Septuaginta. Houve, ainda, relutância quanto a textos no Novo Testamento, todavia, esse se manteve intacto.

2.30 Iluminismo e o fim da fé

A sedutora proposta iluminista que impulsionou a Revolução Francesa com os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, inaugurou a era contemporânea com um acirramento contra a perspectiva religiosa, mais especificamente contra a fé cristã. A religião foi reduzida à mera moralidade a ser vivida num âmbito privado e, assim sendo, podendo ser fatalmente substituída por ideais “universais”, ainda que essa universalidade fosse mais um pressuposto do que algo empiricamente testado. Ademais, como bem mostra Fyodor Dostoiévski, é totalmente possível, ainda que patológico, odiar os nossos semelhantes amando a humanidade enquanto uma ideia forjada pela razão¹. A derrubada da monarquia tinha, ainda, a intenção real e simbólica de fazer com que não se pudesse mais conceber qualquer poder de Deus na terra, além da razão, ainda mais se esse poder fosse dado a um soberano, um monarca.

A democracia e o ideal da construção de um Estado democrático de direito poderiam, afinal, garantir a todos a igualdade assegurada por uma carta jurídica que concretizava o sonhado *Contrato Social* de Rousseau (a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi anunciada ao público em 26 de agosto de 1789, na França). A alternância no poder e a separação de poderes tornaria esse paraíso político ainda mais perfeito.

A desnecessidade de uma religião ou qualquer credo para fazer do homem um bom cidadão estava já preconizada na ética universal de Kant, em sua obra *A Religião nos limites da Simples Razão*. Nessa última, a Teologia Natural kantiana é reduzida à moralidade prática, uma espécie de metafísica necessária para o agir moral. Isso retirava da religião qualquer valor de especulação teórica. Por conseguinte, o novo modelo de Estado proposto pela Revolução Francesa esperava que cada cidadão livre obedecesse ao “contrato social”, e o Estado a todos pudesse garantir a plena convivência na *res publica*. Essa laicidade do Estado atendia, também, aos interesses de outra instituição que fez o processo revolucionário avançar, a maçonaria. Nesse sentido, escreveu Kenno Ismail, membro da Grande Loja Maçônica:

Kramnick resumiu bem a intenção do movimento iluminista ao declarar que sua ideia central era a de que a razão, e não a fé ou a tradição, que deveria constituir o principal guia para a conduta humana. E onde a Maçonaria entra nisso? Estudos de importantes historiadores têm relacionado a Maçonaria com o Iluminismo e

¹ “Quanto mais amo a humanidade em geral, menos amo o homem em particular. Em meus sonhos, muitas vezes, faço planos para servir à humanidade e talvez eu pudesse realmente enfrentar a crucificação se, de repente, fosse necessário. No entanto, sou incapaz de viver no mesmo quarto com alguém por dois dias juntos. Eu sei, por experiência própria. Assim que alguém se aproxima de mim, sua personalidade me perturba e restringe minha liberdade. Em vinte e quatro horas, começo a odiar o melhor dos homens: um porque ele demorou muito para jantar, outro porque está resfriado e continua assoando o nariz. Eu me torno hostil às pessoas no momento em que elas se aproximam de mim. Mas sempre aconteceu que, quanto mais odeio os homens individualmente, mais amo a humanidade” (DOSTOIÉVSKI, *Os Irmãos Karamazov*).

creditado à instituição o princípio da igualdade entre os homens, embrionário do movimento democrático, creditando-a também o papel de protagonista de revoluções, como a Revolução Francesa[v]. Um dos principais pensadores do iluminismo, o filósofo alemão Immanuel Kant[vi], compreendeu essa vocação das Lojas Maçônicas como uma vocação natural, de homens de bem se unindo e se comunicando com seus semelhantes sobre questões que afetam a humanidade como um todo” (ISMAIL, 2012).

As considerações de Ismail não são isoladas neste contexto, nem mesmo talvez por ser maçom, visto que historiadores e filósofos, notadamente conhecidos, também se expressam de igual forma:

A promulgação secreta do iluminismo, típica das Lojas, mas também amplamente praticada por outras associações e Tisclzgesellschaften, tinha um caráter dialético. Razão pela qual o uso público da faculdade racional a ser realizado na comunicação racional de um público composto por seres humanos cultos, em si precisava ser protegido de se tornar público porque era uma ameaça para todas e quaisquer relações de dominação. Enquanto a publicidade tinha a sua sede nas chancelarias secretas do príncipe, a razão não podia revelar-se diretamente. Sua esfera de publicidade ainda tinha que confiar no sigilo; seu público, até mesmo como um público, permaneceu interno. A luz da razão, assim velada de autoproteção, foi revelada em etapas. Isso lembra a famosa declaração de Lessing sobre a Maçonaria, que na época era um fenômeno europeu mais amplo: ela era tão antiga quanto a sociedade burguesa – “se de fato a sociedade burguesa não é apenas a prole de Maçonaria” (HABERMAS, 1989, p. 35).

Há muito já se anunciavam os conflitos entre a Igreja e a maçonaria, que se acirraram com a Bula Papal de 1738, na qual Clemente XII expressamente condenou a maçonaria e todas as instituições secretas, bem como apontou o caminho da excomunhão para qualquer um que apoiasse tais instituições. Mesmo negando ser uma religião, a maçonaria apresentava: estrutura hierárquica, crenças, culto, rito, disciplina, iniciações e tudo o mais que caracteriza uma religião, e o pior, condenada pela Igreja, dado seu caráter secreto, posto que não se poderia saber exatamente a que tipo de divindade se prestava culto no interior das lojas(templos maçônicos). Observem-se os termos da própria Bula:

Deste modo, Nós ordenamos precisamente, em virtude da santa obediência, que todos os fiéis de qualquer estado, grau, condição, ordem, dignidade ou preeminência, seja esta clerical ou laica, secular ou regular, mesmo aqueles que têm direito a menção específica e individual, sob qualquer pretexto ou por qualquer motivo, devam ousar ou presumir o ingresso, propagar ou apoiar estas sociedades dos citados Liberi Muratori ou Franco-maçons, ou de qualquer outra forma como

sejam chamados, recebê-los em suas casas ou habitações ou escondê-los, associar-se a eles, juntar-se a eles, estar presente com eles ou dar-lhes permissão para se reunirem em outros locais, para auxiliá-los de qualquer forma, dar-lhes, de forma alguma, aconselhamento, apoio ou incentivo, quer abertamente ou em segredo, direta ou indiretamente, sobre os seus próprios ou através de terceiros; nem a exortar outros ou dizer a outros, incitar ou persuadir a serem inscritos em tais sociedades ou a serem contados entre o seu número, ou apresentar ou a ajudá-los de qualquer forma; devem todos (os fiéis) permanecer totalmente à parte de tais Sociedades, Companhias, Assembléias, Reuniões, Congregações ou Convenções, sob pena de excomunhão para todas as pessoas acima mencionadas, apoiadas por qualquer manifestação, ou qualquer declaração necessária, e a partir da qual ninguém poderá obter o benefício da absolvição, mesmo na hora da morte, salvo através de Nós mesmos ou o Pontífice Romano da época.

Embora secreta, a maçonaria não escondeu seu trabalho nos bastidores da Revolução e impôs derrotas muito amargas à Igreja dentro e fora da França, não faltando membros do clero e outros católicos na lista das vítimas da guilhotina e ainda a expropriação de igrejas, conventos, escolas e patrimônios outros. A maçonaria, portanto, passou a dar direção aos rumos daquela forma de governo que ela mesma passou a chamar de democracia².

2.4 A nova ética iluminista/positivista e a maçonaria no Brasil

Os ideais da Revolução Francesa se espalharam por todo o mundo e, particularmente, pelas Américas, onde os processos de independência de cada colônia espanhola e portuguesa corriam a todo vapor. Notadamente, também, a maçonaria deu vez e voz aos movimentos independentistas, veiculou os ideais e a ética iluminista por tais países e se fez presente no alto comando de cada localidade. Tanto o envolvimento dos inconfidentes e de Dom Pedro I com a maçonaria foi claro, assim como de vários outros personagens do levante contra a Coroa portuguesa como Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrada e Silva. Sobre esses dois, afirma Márcio Maciel Bandeira:

Em 1822 o movimento pela independência do Brasil reunirá os maçons em três lojas no Rio de Janeiro: Comercio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Nictheroy. Estas lojas se reuniram no Grande Oriente Brasileiro, que terá como objetivo principal o aprofundamento da discussão sobre a crise entre o Brasil e Portugal que se instalará em função da Revolta do Porto (1820), e defenderá a

²Ainda que considerada uma literatura conspiracionista, Gustavo Barroso trata em detalhes em sua *História Secreta do Brasil* o papel da maçonaria em nosso país. O poeta, escritor e historiador das culturas, em seu livro *A História Secreta do Ocidente*, conta como, desde o século XVI, a História se moveu por Revoluções as quais eram financiadas, patrocinadas e idealizadas no interior de sociedades secretas.

independência do Brasil. Nos quadros da maçonaria se destacou o papel de Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrade e Silva. [...]. Estes dois homens influenciaram os destinos do Brasil e da maçonaria nos idos de 1822, a independência do Brasil será o tema do debate entre os dois, e a maçonaria não ficará imune a isto(BANDEIRA, 2016, p. 17).

Há, ainda, de se registrar a atuação claramente anticatólica, racionalista e perseguidora da fé cristã, promovida pelo Marquês de Pombal (1699/1782), tanto em Portugal quanto no Brasil. Apresentando-se Pombal como um dos mais acirrados maçons defensores dos propósitos iluministas,acercou-se de ideias de igualdade e liberdade para promover mortes e chacinas, ficando famoso, por exemplo, em Portugal, pela injusta condenação e morte da família Távora:

O Processo dos Távoras é, talvez, o caso judicial mais famoso da História de Portugal e continua a suscitar polémica e debate entre os historiadores. Sabe-se que o rei sofreu efetivamente um atentado do qual saiu ferido, numa noite em que regressava aos seus aposentos numa carruagem, depois de um encontro amoroso. A questão é saber se se tratou de um simples assalto ou se houve intenção de o matar, uma vez que viajava incógnito. Os autores foram presos e confessaram sob tortura estar a mando da família Távora.Não houve contraditório e foram imediatamente executados, no decorrer das investigações secretas levadas a cabo pelo marquês de Pombal. Os alegados mandantes da conspiração foram presos e considerados culpados, apesar de alegarem inocência.Subsistem muitas dúvidas sobre o processo e boa parte dos historiadores concorda na tese de que tudo não passou de uma manobra do marquês de Pombal.Que efeitos teve?O Processo dos Távoras impôs a submissão da nobreza aos projetos de centralização do poder do marquês de Pombal e é considerada como um passo essencial na sua trajetória de consolidação do poder absoluto, conjuntamente com a expulsão da Companhia de Jesus.Na prática, os seus efeitos perduraram enquanto reinou D. José. Assim que morreu, em 1777, todo o ressentimento acumulado contra Pombal emergiu, e o ministro caiu em desgraça (<https://ensina.rtp.pt/artigo/a-execucao-dos-tavoras/>).

Com a independência, a Constituição de 1824 assegurou à Igreja Católica, ainda, um importante papel e sua ligação com o Estado.Todavia, as relações entre o Império e a Santa Sé não se desenvolveram em pleno mar de tranquilidade, ainda mais com a força que tomava a maçonaria no território nacional.

Dom Pedro II, também maçom, voltou-se contra a Igreja Católica em razão de a Instituição reforçar a excomunhão de qualquer membro da Igreja envolvido com a referida sociedade secreta. O imperador assinou decreto no qual não reconhecia as ordens da Santa Sé sobre a maçonaria. Ainda contando com certo apoio do clero em seu governo, reagiu fortemente quando os bispos de Olinda e

Belém resolveram acatar as ordens do Papa e expulsaram clérigos e leigos maçons da Igreja. Tais bispos foram presos por mais de um ano, e a “questão religiosa” se avolumou. Registre-se, ainda, que, durante o Império, a Igreja conviveu com o fechamento de conventos e escolas de formação do clero e a proibição de receber noviços e seminaristas.

Toda essa crise no segundo império tinha como pano de fundo, também, os ares positivistas que vinham da França e se alojavam nas Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo e nas academias militares de Exército e da Marinha, minando as bases do Poder de Dom Pedro II e fortalecendo o jogo maçônico dos oficiais militares e civis intelectuais interessados na formação de uma república nos moldes liberais. Marco Aurélio Lagreca Casamasso bem retrata esse conturbado período:

Além do difícil e intrincado jogo de poder que envolvia o Estado e a Igreja, outros fatores vieram a abalar a união entre ambos: as ideias liberais, o positivismo, a Maçonaria e, em um sentido muito amplo, o inevitável movimento da modernidade, que então começava a entranhar-se, com maior ou menor intensidade, nas diversas camadas da sociedade brasileira. É assim, por exemplo, que as duas principais armas levantadas pelo Papa Pio IX para combater os males dos tempos modernos, quais sejam, as encíclicas *Syllabus* e *Quanta Cura*, não obtiveram a aprovação do Imperador Pedro II, que lhes recusou o beneplácito régio (CASAMASSO, 2016, p. 06).

Assim como o Iluminismo, pai da revolução Francesa, o Positivismo tinha, no racionalismo e em uma lógica matemática, a solução dos problemas políticos e sociais, bem distantes de qualquer postulado da fé, chegando a nomear a sociologia com “física social” – todo e qualquer agrupamento humano deve estar sob uma *Ordem* para almejar qualquer *Progresso*. Certamente, tal ordem não seria estabelecida em bases de uma moral cristã. No mesmo contexto positivista do final do século XIX e início do século XX, o marxismo também se opunha a qualquer conduta religiosa calcada na fé e na transcendência, sustentando a si mesmo com o que denominou de materialismo histórico e dialético, fazendo uma crítica severa ao seu próprio “DNA filosófico”, contido no pensamento de Hegel e Kant.

Nesses patamares positivistas, bem como no acirramento de crises políticas outras, a República foi gestada, também, nas confrarias maçônicas. Um de seus líderes, o Marechal Deodoro da Fonseca, teve a tarefa de depor Dom Pedro II do trono, e outros, como Floriano Peixoto, Benjamin Constant e Ruy Barbosa, de alinhavaram a Constituição da República nas pegadas do pensamento de Auguste Comte. Dessa forma, os ditos ideais “republicanos” (nos moldes dos termos utilizados por grupos que atualmente se denominam politicamente corretos) são estabelecidos no Brasil e se inicia a República Velha, pregando igualdade entre os cidadãos, alternância e separação de poderes, respeito

à autonomia dos Estados e definição do poder da União, tudo isso centrado no poder de mando dos grandes chefes rurais, particularmente de Minas Gerais e de São Paulo. Inaugurava-se, portanto, a “república do café com leite”.

3 Seca, pobreza e o profetismo de Antônio Conselheiro

Uma das maiores tragédias do Brasil no século XIX foi a Grande Seca, ou a seca no Nordeste brasileiro de 1877-1879. Esse desastre natural levou à morte cerca de 400 mil pessoas e milhares de outras colocadas na condição de imigrantes na Amazônia (120 mil pessoas), no Sudeste e no Centro-Oeste. Somente o Estado do Ceará perdeu quase um terço de sua população.

Nascido no Ceará em 1830, tendo sido também contemporâneo de Padre Cícero (1844 /1934), Antônio Vicente Mendes Maciel vivenciou, como adulto, em sua região, nos arredores de Quixeramobim, todo esse desastre natural, vendo bem próximo de si a realidade da região semiárida relegada ao abandono do governo imperial de Dom Pedro II. Esse, ao se deparar com tamanha brutalidade climática e seus efeitos na população pobre, criou uma comissão para tratar do problema da estiagem no Nordeste. Quase nada foi feito por essa comissão e restou a ideia para que a República criasse, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e depois veio essa a se tornar o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DENOCS (1945).

Em meio a todo esse drama social, Antônio Vicente Mendes Maciel vivenciou todos os seus dramas pessoais. Oriundo de uma família com certas posses, ainda jovem, perdeu sua mãe. O pai casou-se novamente, levando Antônio Vicente a uma dura relação com a madrasta, tendo chegado a sofrer violência por parte dela, segundo seus biógrafos. Com a morte de seu pai, Antônio Vicente, aos vinte e cinco anos, tentou levar adiante os negócios da família, mas não teve muito sucesso.

Quando o pai ainda estava vivo, o filho recebeu boa formação escolar e vislumbrou-se a possibilidade de que ele se tornasse um clérigo, todavia, os percalços da família não permitiram que seus estudos fossem completados. Antônio Vicente casou-se com uma prima em 1857 e, quatro anos depois, separou-se dela, após comprovar sua infidelidade conjugal. Abatido pelo fim do casamento, passou a vagar por cidades do sertão cearense. Há notícias, por parte de seus biógrafos, de um segundo casamento, também de curta duração.

Antônio Vicente passou a ter conhecimento do trabalho caritativo e da pregação refinada e sólida do padre José Antônio de Maria Ibiapina, ou somente Padre Ibiapina, como ficou conhecido no

Nordeste, por construir igrejas, açudes, cemitérios, lavouras comunitárias, escolas, casa de caridade e anunciar, de forma contundente, o Evangelho e a doutrina católica, não sem sofrer as críticas e ataques daqueles devotados ao racionalismo ateu e emergente do século XIX. Assim como o Padre Cícero³, que foi censurado pela Igreja em razão de uma pregação mais conservadora e por causa do “milagre da Hóstia Santa”, Padre Ibiapina também se viu censurado por causa de um milagre, a cura de uma doente. Tais censuras advinham, particularmente, das articulações mais liberais que se aproximavam e influenciavam alguns membros do alto do clero:

No século XIX, a Igreja vivia tempos sombrios, pois setores progressistas da sociedade, adeptos das idéias liberais, que já vicejavam na Europa, queriam renovar a sociedade brasileira. Este projeto contou com a presença dos positivistas, maçons e protestantes. Ibiapina defendeu sempre a Igreja, mesmo com os problemas que ela lhe criou, como o de proibir de pregar missões. [...] Ibiapina defendeu a Igreja com sua ação pastoral, voltada para o fortalecimento da fé e da mudança de vida do povo. Proibido pelo Bispo Dom Luiz, Ibiapina não mudou os temas centrais de sua pregação: condenar a prostituição, abandonar os vícios e o concubinato, insistir na vida comunitária, e na necessidade de se viver com dignidade o presente. Sua pregação teve presente a vida futura, mas não foi apocalíptica, uma vez que teve os olhos voltados para o dia a dia (ABRUZIO, 2008, p.38).

Foi nesse contexto, junto com dois outros cearenses, Padre Cícero e Padre Ibiapina, os quais se notabilizaram pela defesa da fé, que Antônio Vicente foi se tornando **Antônio Conselheiro**⁴. Pregando nas cidades, nas igrejas, lendo a Bíblia para o povo e escutando as pessoas e pelo mesmo caminho de Padre Ibiapina, seguiu com suas obras itinerantes pelo sertão, atraindo seguidores.

³Ralph Della Cava, professor da Universidade da Cidade de Nova York, referindo-se expressamente sobre o milagre de Juazeiro, descreve o pano de fundo ideológico que motivava as perseguições ao Padre Cícero: “Padre Cícero não era menos ortodoxo e zeloso do que a maioria de seus colegas que serviam na Vale do Cariri. Durante a sua capelania em Juazeiro entre 1872 e 1889, ele jamais se desviou da conduta esperada de um padre. [...] É verdade que, em março de 1889, o Padre Cícero viu-se envolvido num suposto milagre. A hóstia que ele administrava a uma beata de Juazeiro transformou-se subitamente em sangue – que se acreditou ser o sangue de Cristo. Todavia, outros sacerdotes que não o Padre Cícero, tornaram público e exploraram esse milagre. Eles organizaram peregrinações a Juazeiro, vindas de distantes recantos do Nordeste, e encheram a imprensa brasileira e estrangeira de notícias sobre a ‘divina’ ocorrência. Neste caso, igualmente, vários fatos demonstram que, desde o início, o movimento de Juazeiro tinha as suas raízes profundas, não no povo, mas no clero. De 1889 até 1891, doze padres do Vale do Cariri, motivados em parte pela fé zelosa e pela hostilidade para com a Maçonaria, o Positivismo e o Protestantismo, defendiam ardentemente os milagres de Juazeiro (CAVA, 1975, p. 18).

⁴O século XIX é marcado por homens de fé que se lançam numa peregrinação permanente e numa espiritualidade em movimento, talvez inspirados nos próprios evangelhos que relatam a caminhada de Jesus, da Galileia para Jerusalém. Assim, surgem peregrinos e caminhantes para Jerusalém, e outras localidades, como, por exemplo, descreve o autor anônimo da famosa obra *O Peregrino Russo* (2013) ou, ainda, *Peregrinos Russos e Andarilhos Místicos*, do teólogo Michel Evdokimov.

Chegou a sofrer uma prisão e injusta acusação de duplo homicídio (da mãe e da ex-esposa), todavia, comprovada a sua inocência, foi posto em liberdade e prosseguiu seu roteiro de pregações.

A formação de Canudos no sertão da Bahia, como denominou Antônio Conselheiro o vilarejo de *Belo Monte*, deu-se por uma natural confluência de aspectos geográficos, necessidades sociais e, também, pela vontade popular, que via na liderança do pregador um alento para os caóticos contextos pessoais e coletivos. Inicialmente, os coronéis do latifúndio toleraram a formação do Belo Monte, uma vez que também ali se achava mão-de-obra barata, reduto eleitoral organizado e uma população pacífica sob as rédeas do discurso de Antônio Conselheiro.

O império, mesmo contando com o apoio da maçonaria, permitia à Igreja a regulação dos casamentos e cemitérios, haja vista a força da instituição familiar e a devoção e culto pelo local de sepultamento, notadamente porque a morte tem, para o cristão, o forte significado da páscoa da ressurreição.

Com o advento da República, a separação entre Estado e Igreja e a laicização da regulação de casamentos e cemitérios, houve uma reação de setores mais conservadores do catolicismo, o que também impactou Antônio Conselheiro que, mesmo censurado pelo clero, não podendo pregar nas igrejas, defendia a fé nos mesmos patamares soteriológicos da tradição patrística e escolástica da Idade Média, ou seja, importava para ele a salvação do fiel e, para tanto, os valores, como a família e a doutrina católica, eram fundamentais.

Em seu povoado que crescia, Antônio Conselheiro era liderança inquestionável e invejada pelos políticos locais. Tal inveja, associada ao medo de que Antônio Conselheiro tivesse mais poder político e ameaçasse o latifúndio da região, fez com que os políticos locais se aproveitassem de sua revolta contra os tributos impostos pelo governo republicano para atizar a ira dos dirigentes nacionais contra o povoado de Canudos, alegando que Antônio Conselheiro e seus seguidores eram monarquistas e contrários ao projeto de um país moldado pelos novos ideais do positivismo e da maçonaria iluminista.

Quanto à violência e tudo o mais já foi bem descrito por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (2000) e em diversas outras obras que detalham a narrativa de três batalhas nas quais as forças públicas foram derrotadas por Antônio Conselheiro, e a última em que o Exército Nacional, cumprindo ordens expressas de exterminar com a comunidade de Canudos, promoveu o grande massacre dos

sertanejos e destruiu a localidade. A luta contra Canudos tomou ares de verdadeira cruzada medieval, só que, dessa vez, Euclides da Cunha compara os famosos cavaleiros templários com os soldados brasileiros, em equivocada interpretação histórica:

O paralelo é perfeito. Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinha imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrava todo o estado emocional, desviando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamalgável. Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efígie do marechal Floriano Peixoto e, delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus e milagreiro [...] (CUNHA, 2000, p. 617).

A morte de Antônio Conselheiro deixou, naquele momento histórico, uma versão que se tornou quase narrativa oficial, a de que se tratava de um lunático, milenarista, com um grupo de fanáticos seguidores. Ele foi tomado como alguém com sérios desequilíbrios mentais e, nesse sentido, o médico e antropólogo Nina Rodrigues, de forte vertente positivista, escreveu em 1897, logo após a queda de Belo Monte, o texto **A loucura epidêmica de Canudos**, reforçando a tese debatida nas Lojas Maçônicas, apresentada por Euclides da Cunha.

Da batalha final em Canudos, os militares quiseram apenas – e literalmente – a cabeça de Antônio Conselheiro, que serviu para os criminólogos lombrosianos reforçarem suas teses positivistas e longos estudos sobre seu crânio. Deixaram para trás, nos escombros, os escritos do líder de Belo Monte.

O que se depreende de tudo o que se viu escrito pelas próprias mãos de Antônio Conselheiro era uma outra realidade. Pacifista por princípio, porque era um cristão convicto, Conselheiro pregava e ensinava diuturnamente aos sertanejos regras de boa convivência, regras públicas de higiene e saneamento, de respeito, disciplina e hierarquia de valores e, sobretudo, de fé.

Com as evidentes marcas culturais de um homem do século XIX, Antônio Conselheiro tinha em mente que, ainda que fosse possível uma vida individual e pessoal com certa qualidade, nada disso importava diante da salvação da alma, tema central de sua pregação – assim como Padre Ibiapina e Padre Cícero. Retomava valores salutares do cristianismo medieval e que, por isso mesmo, encontrou

forte oposição da mentalidade iluminista-maçônica e positivista que dominavam o ambiente republicano. Para muitos republicanos, Antônio Conselheiro era o símbolo do fanatismo e do atraso, porque viam sobre Canudos a suposta nuvem escura que, também, supostamente pairava sobre a Idade média. Conselheiro, por sua vez, não fugia da temática central da cristandade assegurada pela patrologia, tinha Cristo como “Alfa e Ômega” da sua pregação e, por isso mesmo, encontrava na sua fé a força para liderar uma comunidade como a de Belo Monte.

Dos Escritos e cadernos de Antônio Conselheiro – recentemente publicados – podemos extrair a personalidade de um homem culto, com certa formação em outros idiomas e com uma sólida teologia soteriológica que, dentro de uma catequese tridentina, não se afastou da ortodoxia exigida pela fé dos apóstolos e dos pais da Igreja dos primeiros concílios. Comentando sobre os escritos encontrados, afirma Leandro Karnal: “[...] Como Antônio Conselheiro via Deus e a religião? Um Deus amoroso, mas justo, uma escatologia absolutamente ortodoxa, uma noção de leis baseada no decálogo, um mundo claro e muito distinto dos relativismos contemporâneos [...]” (In VASCONCELLOS, 2017, p. 14).

Sobre a teologia de Antônio Conselheiro, prossegue o organizador de seus escritos:

As dezenas de meditações evidenciam uma visão religiosa bastante coesa. Do amor de Deus expresso no dom de seu Filho morto na cruz em benefício dos homens até o chamamento reiterado para o cuidado com a própria salvação, tudo soa coerente quando inserido no quadro geral do cristianismo católico (VASCONCELLOS, 2017, p. 16).

Antônio Conselheiro demonstra ter pleno conhecimento de toda a doutrina sobre a Revelação, sobre a pessoa de Jesus Cristo como centro da História, sobre a teologia da graça, dos sacramentos e tudo o mais que a Escritura fundamenta e o que a tradição apostólica alicerçou:

Porque, suposto que no princípio do mundo houve a Lei da Natureza, que guardam Adão e seus descendentes, e depois Deus deu a Moisés as leis escritas; foram ambas, a respeito da Lei da Graça, como um regimento por onde os homens se governassem para não se perderem, até que viesse ao mundo Jesus Cristo, verdadeiro Messias prometido por Deus aos Patriarcas, profetizado pelos Profetas, e por uns e outros tão esperado. O qual, depois que chegou e aparecendo no mundo como verdadeira Luz para exterminar das almas as trevas da culpa, uma e outra lei encheu e reformou, fazendo-a verdadeira lei da graça, por ser Este Senhor o último fim e o complemento da Lei, como chamou São Paulo (CONSELHEIRO, apud VASCONCELLOS, 2017, p. 96).

Com forte formação sobre a patrística e a escolástica, não perdeu também de vista a noção do pecado e do mal na sua origem. Ao contrário da teologia contemporânea, em que o demônio desapareceu, Antônio Conselheiro tinha como certa sua existência real e as suas obras contrárias à salvação da humanidade, o que o impulsionava ainda mais para um espírito missionário, tornando-se um verdadeiro “São Jorge do sertão”, tomada essa figura apocalíptica e da hagiografia dos mártires, como aquele que combate permanentemente o “dragão”:

[...] é por isso que diz São João Crisóstomo que a tentação não se atreva chegar à alma que tem oração[...] Porque, como será possível aceitar Deus a oração daquele que não guarda seus Mandamentos? Por isso, Davi dizia: Bem sei que não me ouvirá Deus se eu tiver pecado no meu coração. *Iniquitarem se as pice in corde meo ex audiet Dominus* (Salmos 63,18). O primeiro motor do pensamento é a sugestão que nos faz o demônio; passa ao apetite natural; daqui entra no entendimento; depois na vontade, e se nesta há consentimento em matéria grave, é pecado mortal” (CONSELHEIRO, apud VASCONCELLOS, 2017, p. 266).

Portanto, estar no final do século XIX e no início do século XX, pensando e pregando sobre a fé em Cristo e em todos os seus postulados era realmente uma “loucura”, ou o que se poderia chamar hoje de “retrocesso” ou “atraso” medieval, uma vez que todos os projetos de ciência e da política passavam de uma ou outra forma pela negação desses postulados (o iluminismo, a maçonaria, o positivismo, o marxismo e a psicanálise, dentre outros). Ser um cristão ortodoxo num país católico, o que deveria ser visto como signo de normalidade, tornou-se subversivo, porque todo comportamento religioso precisava estar adestrado “nos limites da simples razão”, para falar como Kant.

Nesse viés, a mencionada obra de Nina Rodrigues sobre a “loucura” de Antônio Conselheiro e de seus seguidores estava bem situada com sua época. De outro lado, movido pela fé, Antônio Conselheiro, bem como os “profetas do sertão” (Padre Cícero e Padre Ibiapina) pouco se importaram com a oposição intelectual e política aos seus trabalhos de evangelização, pois partiam de uma lógica diversa daquela do mundo da sabedoria humana, sendo a compreensão sobre a loucura apregoada pelo apóstolo Paulo uma plena realidade para eles:

A linguagem da cruz é loucura para os que se perdem, mas, para os que foram salvos, para nós, é uma força divina. Está escrito: Destruirei a sabedoria dos sábios, e anularei a prudência dos prudentes {Is29,14}. Onde está o sábio? Onde o erudito? Onde o argumentador deste mundo? Acaso não declarou Deus por loucura a sabedoria deste mundo? Já que o mundo, com a sua sabedoria, não reconheceu a Deus na sabedoria divina, aprovou a Deus salvar os que creem

pela loucura de sua mensagem. Os judeus pedem milagres, os gregos reclamam a sabedoria;mas nós pregamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos;mas, para os eleitos – quer judeus quer gregos –, força de Deus e sabedoria de Deus.Pois a loucura de Deus é mais sábia do que os homens, e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens (1CORÍNTIOS 1,18-25).

Essa loucura evangélica de Antônio Conselheiro pode explicar a ira de seus algozes que, no ataque a Canudos, revelaram toda a incoerência de um sistema que se baseava em princípios democráticos de igualdade, liberdade e fraternidade, ou naquilo que chamam de “espírito republicano”, bem ao modo positivista e maçônico. O que se viu no massacre da gente humilde de Belo Monte foi a monstruosidade aguçada da intolerância perpetrada pelo dito modelo democrático de governo, prefigurado pelos pais da Velha República.

Os iluminados da República fomentaram os ataques a Canudos com o mesmo espírito odioso com que muitos revolucionários franceses mandaram para a guilhotina vários milhares daqueles que eles julgavam ser os ainda representantes do mundo medieval. Na prática, a França fez com que os princípios do triângulo (igualdade, liberdade e fraternidade) sucumbissem, no mar da crueldade. Nada diferente ocorreu no Brasil, uma República que nascia com ares de “racionalidade e espírito cívico”.

Coincidentemente, do outro lado do mundo, o início do século XX marcava a arrancada para outra perseguição à fé cristã: era a marcha promovida pelo Partido Comunista na Rússia, que se expandiu pela Ásia e Leste Europeu, criando mais campos de concentração e um número infinitamente maior de mortos que aquele provocado por Hitler, na Alemanha nazista. Fazendo referência aos “campos de trabalho” nos moldes stalinistas (*Gulags*), José Álvarez Junco (2015) comenta: “Esses campos foram criados para os antigos aristocratas, os *kulaks* (camponeses médios opostos à coletivização), o clero ortodoxo, os delinquentes comuns e, sobretudo, os dissidentes políticos”.

Mais recentemente, grupos oriundos do marxismo ateu, também fruto da virada dos séculos XIX e XX ,reivindicaram para si a defesa histórica de Antônio Conselheiro, partindo do pressuposto de que a organização da sociedade da Vila de Canudos pudesse ser, em terras tupiniquins, um prelúdio da utopia comunista e que Conselheiro pudesse alugar sua imagem como herói da causa revolucionária vermelha como quiseram também fazer com o beato José Lourenço, no trágico episódio cearense, em 1936, na localidade denominada Sítio do Caldeirão⁵. Essa apropriação do “lugar de fala”,

⁵Na mesma linha da inspiração religiosa para a formação de comunidades rurais, beatos e discípulos de Padre Cícero se agruparam na região de *Colher de Pau*, próxima ao Cariri (CE) e, finalmente, foram também massacrados por tropas militares, na década de 30.

como nos próprios termos da esquerda militante, mostra-se como uma deturpação da realidade de Antônio Conselheiro, posto que a organização de Belo Monte tinha por finalidade a construção de uma mínima dignidade e qualidade de vida para aquela população pobre, cuja obra era motivada por princípios bíblicos e não pela doutrina do materialismo histórico e dialético ou até pela doutrina da ideologia de gênero e do feminismo, como já escrevem alguns (e algumas) – sem sequer mencionarem os manuscritos de Antônio Conselheiro ou mesmo demonstrarem conhecimento sobre a existência deles. E, mais importante, a finalidade de todo o discurso de Antônio Conselheiro e de suas ações era apregoar Jesus Cristo como único e verdadeiro salvador do homem, de sua alma, realidade totalmente incompatível com o ateísmo e o relativismo dos citados grupos e intelectuais que tentaram se apropriar de Antônio Conselheiro e da tragédia de Canudos.

Talvez essa apropriação da imagem do líder de Belo Monte pudesse prevalecer na história do Brasil se nada se soubesse sobre seu modo de pensar e os fundamentos de seu agir. No entanto, com a descoberta daquilo que pode ser chamada de sua obra completa ou de seus manuscritos, não se pode mais falar de Antônio Conselheiro sem que se permita que ele próprio fale primeiro, pois seu texto é claro; sua fé, expressa; seus objetivos, indubitáveis; e a sua vocação para a tarefa missionária de Cristo, inquestionável. Assim, nada há de compatível entre Antônio Conselheiro e o projeto marxista ou mesmo com a chamada teologia da libertação dos tempos atuais; Conselheiro também não se dobrou às especulações iluministas, racionais e positivistas de seu tempo.

Conclusão

Uma nova sociedade era profetizada por Antônio Conselheiro? Uma nova regra de convivência social e um novo Direito entre as pessoas foram propostos para a formação da Vila de Canudos?

Após virem à luz os escritos pessoais de Antônio Conselheiro, não se pode acreditar que novos rumos políticos ou novos “direitos” foram propostos pelo líder de Belo Monte, pois, em suas próprias palavras, pode-se constatar uma defesa intransigente daquilo que já era preconizado pelos sete primeiros concílios da era cristã. O *modus vivendi* Canudos, ainda que, de certa forma, pudesse resgatar pessoas da opressão social imposta pelo latifúndio da Velha República rural, teve tão somente o objetivo de ser instrumento de salvação das almas e não um fim em si mesmo. O direito de o homem ter o pão e a casa para abrigar sua família era decorrente dos preceitos do Antigo e do Novo Testamentos, aqueles do povo de Israel e de Tradição Cristã e não dos manuais de sociologia marxista ou positivista.

Distante de ser uma obra de organização e táticas de guerrilha, os escritos de Antônio Conselheiro mostram muito mais um caminho espiritual e uma ética arraigada nos pilares da fé. Conselheiro se revela como um obediente servo de Deus. Realiza com sua vida aquilo que apregoavam os antigos na fé: *Lex orandi, Lex credendi, Lex vivendi* (“A lei da oração (é) a lei da crença, (é) a lei do modo de viver”). Nem de longe a obra se presta a ser tida como um manual revolucionário para a promoção de transformações sociais – ainda que essas tenham vindo a reboque daquele modo de vida –, mas é acima de tudo a obra escrita e vivida por Conselheiro é uma verdadeira declaração de fé.

Bibliografia

ABRUZZI, Ulisses. **A ação pastoral do Padre Cícero a partir dos sertanejos: Fé e vida.** PUC/ São Paulo. 2008.

BANDEIRA, Marcio Maciel. A maçonaria e a independência no Brasil. **O Buscador**– Campina Grande – PB Brasil Ano I n° 1, 2016, pp. 17-24.

BRITO, Arlet J. Matemática na Idade Média: entre o místico e o científico. **Revista Brasileira de História da Matemática** Especial n° 1 – Festschrift Ubiratan D’Ambrosio Sociedade Brasileira de História da Matemática. Unesp, São Paulo 2007.

CAVA, Dalla Ralph. Messianismo Brasileiro e instituições nacionais: Uma reavaliação de canudos e Juazeiro, **Revista de Ciências Sociais**, Vol. 4, UFC. Fortaleza, 1975.

CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. Estado, Igreja e Liberdade religiosa na “Constituição Política do Império do Brasil de 1924” (<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3619.pdf>) acesso em 31.03.2021

CONSELHEIRO, Antônio. **Apontamento dos preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens.** São Paulo: É Realizações Editora, 2017.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões:** Campanha de Canudos. Imprensa oficial São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ISMAIL, Kenny. Maçonaria & Iluminismo (<https://www.noesquadro.com.br/historia/maconaria-iluminismo/>) acesso em 31 de março 2021.

JUNCO, José A. Stálin, o outro monstro. (https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/04/internacional/1433411136_358833.html) acesso em 31.03.2021.

KARNAL, Leandro, Prefácio. In VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Arqueologia de um monumento** – os apontamentos de Antônio Conselheiro. São Paulo: É Realizações Editora, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere**, London, 1989.

RTP ENSINA. A execução dos Távoras - <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-execucao-dos-tavoras/> acesso em 29.03.2021

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Arqueologia de um Monumento** – os apontamentos de Antônio Conselheiro. É realizações editora. São Paulo 2017.